

**Portarias****Horário do protocolo no período eleitoral****PORTARIA Nº 501 TSE**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º O artigo 1º da Portaria nº 299, de 20 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Durante o período de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, até vinte e quatro horas depois de encerrado, as atividades do protocolo judiciário serão realizadas diariamente, das 8 às 22 horas, e as do protocolo administrativo, de segunda a sexta-feira, das 8 às 22 horas, e, nos sábados, domingos e feriados, das 8 às 18 horas.

Parágrafo único Na hipótese de realização de segundo turno da eleição presidencial, durante o período previsto no *caput*, ficará mantido o horário de funcionamento para o protocolo judiciário; para o protocolo administrativo, o horário de funcionamento será de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas, e aos sábados, domingos e feriados, das 8 às 18 horas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2010.

Ministro RICARDO LEWANDOWSKI

**CORREGEDORIA ELEITORAL****Atos do Corregedor****Decisão monocrática****PUBLICAÇÃO DE DECISÃO Nº 126/2010 CGE**

| <b>PETIÇÃO Nº 1256-23.2010.6.00.0000</b> |                                    |
|--|------------------------------------|
| PROCEDÊNCIA                              | : BRASÍLIA-DF                      |
| RELATOR                                  | : MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR |
| REQUERENTE                               | : PENÉLOPE DE BARROS               |
| ADVOGADO                                 | : ANTÔNIO CARLOS MARTINS           |
| PROTOCOLO                                | : 13.759/2010-TSE                  |

**DECISÃO**

Em atendimento à determinação de fl. 155, vieram aos autos novas informações da Presidência do TRE/MA (fls. 178-179), indicando previsão para julgamento do feito objeto destes autos tão somente após a realização das eleições.

Como assinalado na primeira decisão por mim proferida nestes autos (fl. 91-94), em 2.6.2010, a morosa tramitação do RCED nº 265 (nº único 950107696.2008.6.10.0000) – que à época, instrumentalizado para julgamento, esperava, desde o mês de novembro do ano de 2009, sua apreciação pela Corte de origem – “afrontaria a diretriz expressa no inciso LXXVIII do art. 5º da